



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEG**  
Casa Civil do Governador  
Subgerência de Apoio Administrativo - SAA

## **TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

- CONTRATAÇÃO DIRETA - Art. 75, Inc. II da Lei Nº 14.133/2021-  
(Art. 3º, ON CONJUNTA PGE/CGE/SEAD nº 001/2025 – ITEM 10)

Secretaria de Estado do Governo – SEG  
Av. Maranhão, 277 – Bairro dos Estados  
www.paraiba.pb.gov.br

CASA CIVIL DO GOVERNADOR – CCG  
CEP: 58030-260 - João Pessoa – PB.  
<https://pbdoc.pb.gov.br/>

CNPJ: 08.761.124/0005-25  
Fone: 83.3209.6160



Assinado com senha por [CCG11014] [SENHA] RAFAEL ADOLFO BATISTA NOGUEIRA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS  
CAVALCANTI em 03/02/2026 - 16:05hs.  
Documento Nº: 10090002-8034 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10090002-8034>



CCGDIN202600264



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEG**  
Casa Civil do Governador  
Subgerência de Apoio Administrativo - SAA



**CONTRATANTE (UASG: 927401)**  
CASA CIVIL DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

## TERMO DE REFERÊNCIA

**AVISO DE DISPENSA Nº: 050/2026**

**TIPO: SERVIÇO**

**PROCESSO: CCG-PRC-2026/00092**

**SETOR REQUISITANTE: Gerência de Administração e Tecnologia da  
Informação**

PALÁCIO DOS DESPACHOS  
R. Guedes Pereira, 504F - Varadouro  
Fone: 83.3209.6160

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEG  
CEP: 58.010-810 - João Pessoa – PB.  
[www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)

CASA CIVIL DO GOVERNADOR – CCG  
CNPJ: 08.761.124/0005-25  
<https://pbdoc.pb.gov.br/> **Página 1**



Assinado com senha por [CCG11014] [SENHA] RAFAEL ADOLFO BATISTA NOGUEIRA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 03/02/2026 - 16:05hs.  
Documento Nº: 10090002-8034 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10090002-8034>



CCGDIN202600264



## SUMÁRIO

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	4
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	4
4. MODELO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL .....	5
5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	5
6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7. DO PAGAMENTO .....	7
8. DO REAJUSTE .....	8
9. DA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO .....	8
10. CRITÉRIO DE DESEMPATE .....	10
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	10
12. AUTORIA E APROVAÇÃO DA AUTORIDADE .....	10





**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviço temporário de vigilância desarmada patrimonial para local de grande circulação e evento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.
1	<p><b>SERVIÇO DE SEGURANÇA</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO:</b> Serviço especializado em segurança desarmada, para vigilância patrimonial e controle de fluxo de pessoas em evento.</p> <p>O vigilante deverá ter com curso de Vigilante Patrimonial e experiência em controle de fluxo de pessoas.</p> <p><b>OBJETIVO:</b> Manter a ordem, segurança e monitorar o acesso ao espaço onde se encontrarão servidores e autoridades em ocasião de evento de pré-carnaval.</p> <p>O turno de trabalho será das 18hs às 01hs (7hs por dia), aproximadamente, podendo ser ajustado/alterado, sem alteração da carga horária, conforme necessidade.</p> <p><b>DIAS:</b> 04 (quatro) dias de evento, nas datas 06/02, 07/02, 08/02 e 11/02/2026.</p> <p><b>QUANTIDADE:</b> 2 seguranças por dia para o mesmo local.</p>	Dias	4
<p>OBS: O EVENTO ACONTECERÁ NO ENDEREÇO: AV. EPITÁCIO PESSOA Nº 3883, MIRAMAR, JOÃO PESSOA, PARAÍBA – CEP: 58032-000.</p> <p>ÁREA CORRESPONDENTE (LAYOUT) PARA ORGANIZAÇÃO: 120M<sup>2</sup>, APROXIMADAMENTE.</p>			

**1.2.** O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) dias, contados do primeiro dia do evento conforme Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021

**1.3.** A estimativa de preço para aferição analítica dos preços coletados será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, conforme art. 8º, §3º do Decreto 42.967 de 25 de outubro de 2022.

**1.4.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.





## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviço temporário de vigilância desarmada patrimonial tem por objetivo atender à demanda da Casa Civil do Governador, conforme formalizado no Ofício nº CCG-OFN-2026/00113 e aprovado pela autoridade competente. Esta solicitação, proveniente da Gerência Administrativa e Tecnologia da Informação, visa suprir a necessidade de segurança em local de grande circulação durante eventos institucionais.

2.2 A justificativa para tal contratação fundamenta-se na imperativa necessidade de garantir a segurança de autoridades, convidados, servidores e equipes de apoio durante o evento de "folia de rua" na Avenida Epitácio Pessoa. O serviço será executado especificamente no espaço onde sediou a Casa Civil do Governador, local que exige rigorosa manutenção da ordem e preservação do patrimônio público face ao expressivo fluxo de pessoas previsto para o período.

2.3 Os serviços deverão ser prestados por 02 (dois) profissionais devidamente capacitados e identificados, atuando de forma desarmada e em total consonância com a legislação vigente e os órgãos públicos de segurança. A execução ocorrerá de maneira escalonada para cobrir os períodos de maior vulnerabilidade e atividade, abrangendo os dias 06/02 (noturno), 07/02 (noturno), 08/02 (tarde e noite) e 11/02/2026 (noturno).

2.4 Ressalta-se que a presença de segurança privada especializada no local trará benefícios estratégicos, tais como:

- Controle de Acesso: Garantia de que apenas pessoas autorizadas acessem o espaço institucional, assegurando o cumprimento das normas internas.
- Vigilância Ostensiva e Preventiva: Monitoramento constante do perímetro para inibir condutas inadequadas e mitigar riscos antes que se tornem incidentes.
- Pronta Resposta: Capacidade de tratamento imediato de eventuais ocorrências por profissionais treinados, minimizando impactos ao evento e aos presentes.
- Apoio Logístico: Auxílio na organização e no fluxo de pessoas, contribuindo para a fluidez e o sucesso da operação institucional.

2.5 A contratação dar-se-á por meio de Contratação Direta, fundamentada no Art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observando-se a viabilidade administrativa e a disponibilidade orçamentária para o referido elemento de despesa.

## 3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Será admitida subcontratação do objeto.

3.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de objeto de pequeno valor e de entrega imediata sem obrigação futura.

3.3 Para fins de contratação ou instrumento equivalente, deverá o fornecedor comprovar os requisitos de habilitação descritos no Anexo I deste Termo de Referência.





#### **4 MODELO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 4.1 O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) dias, contados do primeiro dia do evento conforme Ordem de Serviço, conforme publicação do Termo Contratual/Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma que se segue:
- 4.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Presidente Epitácio Pessoa, 3883, Miramar, João Pessoa, Paraíba – CEP: 58032-000.
- 4.3 A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 4.3.1 O serviço será prestado em 04 (quatro) dias, nas respectivas datas: 06/02, 07/02, 08/02 e 11/02/2026.
- 4.3.2 O horário para a prestação do serviço no prédio será 18:00 às 01:00 h.

#### **5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

##### **5.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 5.1.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.1.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 5.1.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 5.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 5.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.





- 5.1.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 5.1.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## 5.2 DO RECEBIMENTO

- 5.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, contado da publicação do contrato, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 5.2.1.1 O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 5.2.1.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 5.2.1.1.2 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 5.2.1.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 5.2.1.2 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 5.2.1.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 5.2.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser





corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 5.2.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de imediato, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 5.2.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 5.2.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 5.2.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.*
- 5.2.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6 DO PAGAMENTO**

- 6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito no banco **BRADESCO**, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo.





- 6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 6.8 Quando do pagamento, será efetuada a **RETENÇÃO TRIBUTÁRIA** prevista na legislação aplicável, se for o caso.
- 6.9 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \cdot I = (6/100) \cdot I = 0,00016438$

\_\_\_\_\_ Tx = Percentual da taxa anual = 6%.

365

## **7 DO REAJUSTE**

- 7.1 Inicialmente os preços Contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.3 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8 DA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO**

- 8.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**, do Termo de Referência bem como o envio da Declaração Unificada (Anexo II).





8.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.1** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do Sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

**8.1.1.2** Inexistência de Fatos Impeditivos - Cadastro CAFIL – PB;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, alterada pela Lei 14.230 de 25 de outubro de 2021;

8.2.1 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado;

8.3 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/21, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

8.4 O fornecedor interessado enviará sua proposta, conforme Anexo III deste Termo de Referência, de forma detalhada com indicação, no que for aplicável, de:

- a. Preço
- b. Valor por extenso.
- c. Validade da proposta.
- d. Data da assinatura da proposta
- e. Assinatura do representante
- f. Conta Bancária vinculada ao CNPJ
- g. CNPJ, Endereço, Telefone atualizado da empresa interessada.
- h. E-mail válido

8.5 Caso haja necessidade o fornecedor será convocado pela administração para de envio de documento complementar de habilitação, em formato digital, necessário à confirmação dos exigidos neste Aviso de Contratação Direta, para resposta em um prazo de **24 horas do recebimento da convocação**;

8.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

8.7 Será inabilitado o fornecedor que não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, bem como não apresentar declaração conforme modelo disposto no Anexo II deste Termo de Referência.

8.8 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado;





## 9 CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

9.1.1 Permanecendo a situação de empate, abrir-se-á excepcionalmente disputa final, hipótese em que os proponentes empatados serão convocados para apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

## 10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado, fonte 500 e será demonstrado conforme item 1.3 deste Termo de Referência.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11 AUTORIA E APROVAÇÃO DA AUTORIDADE

*João Pessoa, data da assinatura eletrônica.*

### Elaborado por:

\_\_\_\_\_  
Rafael Adolfo Batista Nogueira  
Subgerente de Apoio Administrativo  
Mat. 187.615-5

### Aprovado por:

\_\_\_\_\_  
Iris Rodrigues Dantas Cavalcanti  
Secretária Executiva Chefe da Casa Civil





## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Micro Empreendedor: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual – CCMEI;
- c. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e documento comprobatório de seus administradores;
- d. Participante Sucursal, Filial ou Agência: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e. Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização;
- f. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

### 2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Comprovação de regularidade junto a fazenda Municipal
- c. Comprovação de regularidade junto a fazenda Estadual
- d. Comprovação de regularidade junto a fazenda Federal
- e. Comprovação de regularidade Trabalhista

Comprovação de regularidade junto ao FGTS.





**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (OPTANTE DO SIMPLES)**

A Empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº (Nº DO CNPJ), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (NOME DO(A) REPRESENTANTE), situada na (ENDEREÇO DA EMPRESA, e-mail: (E-MAIL DA EMPRESA), declara para fins do disposto no Termo de Referência vinculado ao Aviso de Dispensa nº 050/2026 as seguintes declarações:

1. DECLARAÇÃO de que não possui no quadro societário, servidor público da ativa do órgão realizador do certame ou de qualquer entidade a ele vinculada. O proponente acima qualificado declara **não possuir em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado desta SECRETARIA**, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.
1. DECLARAÇÃO de **não empregar menor**. O proponente acima qualificado DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021 declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
2. DECLARAÇÃO de que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação na Dispensa nº 050/2026, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. DECLARAÇÃO de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Termo de Referência e seus anexos, que tomou, especialmente, **conhecimento do prazo e local de entrega** estabelecido no Termo de Referência, no preço ofertado estão inclusos todos os custos inerentes aos cumprimentos das obrigações assumidas neste termo.
4. DECLARA, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Constituição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Constituição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que **SOU** regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simple Nacional**.

Localidade, (dia) de (mês) de 202.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
(Cargo/RG/CPF)





**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A Empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº (Nº DO CNPJ), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (NOME DO(A) REPRESENTANTE), situada na (ENDEREÇO DA EMPRESA, e-mail: (E-MAIL DA EMPRESA), declara para fins do disposto no Termo de Referência vinculado ao Aviso de Dispensa nº 050/2026 as seguintes declarações:

1. **DECLARAÇÃO** de que não possui no quadro societário, servidor público da ativa do órgão realizador do certame ou de qualquer entidade a ele vinculada. O proponente acima qualificado declara **não possuir em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado desta SECRETARIA**, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.
2. **DECLARAÇÃO de não empregar menor.** O proponente acima qualificado DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021 declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
3. **DECLARAÇÃO** de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na Dispensa nº 050/2026, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores
4. **DECLARAÇÃO** de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Termo de Referência e seus anexos, que tomou, especialmente, **conhecimento do prazo e local de entrega** estabelecido no Termo de Referência, no preço ofertado estão inclusos todos os custos inerentes aos cumprimentos das obrigações assumidas neste termo.
5. **DECLARA**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Constituição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Constituição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que **NÃO SOU** regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simple Nacional**.

Localidade, (dia) de (mês) de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
(Cargo/RG/CPF)






**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**(UTILIZE PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**CASA CIVIL DO GOVERNADOR DA PARAÍBA – CCG/PB**  
**AVISO DE DISPENSA Nº: 050/2026**  
**PROCESSO: CCG-PRC-2026/00092**

Participante Empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

Em atendimento ao Aviso de Dispensa em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição dos Itens	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	<p><b>SERVIÇO DE SEGURANÇA</b></p>  <p>ESPECIFICAÇÃO: Serviço especializado em segurança desarmada, para vigilância patrimonial e controle de fluxo de pessoas em evento. O vigilante deverá ter com curso de Vigilante Patrimonial e experiência em controle de fluxo de pessoas.</p> <p>OBJETIVO: Manter a ordem, segurança e monitorar o acesso ao espaço onde se encontrarão servidores e autoridades em ocasião de evento de pré-carnaval.</p> <p>O turno de trabalho será das 18hs às 01hs (7hs por dia), aproximadamente, podendo ser ajustado/alterado, sem alteração da carga horária, conforme necessidade.</p> <p>Dias: 04 (quatro) dias de evento, nas respectivas datas: <b>06/02, 07/02, 08/02 e 11/02/2026.</b></p>	POSTO	02		
<p>OBS: O EVENTO ACONTECERÁ NO ENDEREÇO: AV. EPITÁCIO PESSOA Nº 3883, MIRAMAR, JOÃO PESSOA, PARAÍBA – CEP: 58032-000. ÁREA CORRESPONDENTE (LAYOUT) PARA ORGANIZAÇÃO: 120M², APROXIMADAMENTE.</p>					
<b>TOTAL:</b>					

Valor Global da Proposta: R\$ \_\_\_\_\_

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ dias.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEG**  
Casa Civil do Governador  
Subgerência de Apoio Administrativo - SAA

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
(Cargo/RG/CPF)**

**OBSERVAÇÕES:**

1. Declarar que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
2. No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido (**Anexo II**).
3. A proposta deverá conter todas as informações solicitadas no subitem 12.4 do TR.
4. A proposta comercial deverá conter, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, não se admitindo arredondamento para formação de preço total.

PALÁCIO DOS DESPACHOS  
R. Guedes Pereira, 504F - Varadouro  
Fone: 83.3209.6160

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO – SEG  
CEP: 58.010-810 - João Pessoa – PB.  
[www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)

CASA CIVIL DO GOVERNADOR – CCG  
CNPJ: 08.761.124/0005-25  
<https://pbdoc.pb.gov.br/> **Página 15**



Assinado com senha por [CCG11014] [SENHA] RAFAEL ADOLFO BATISTA NOGUEIRA e [CCG10954] [SENHA] IRIS RODRIGUES DANTAS CAVALCANTI em 03/02/2026 - 16:05hs.  
Documento Nº: 10090002-8034 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10090002-8034>



CCGDIN202600264